

---

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E O USO DO TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE O NORTE DE MINAS GERAIS/BR**

*Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anete Marília Pereira<sup>28</sup>*

**Resumo:** Normalmente circunscrita ao campo de investigação da ciência política, a análise das políticas públicas recentemente têm sido objeto de estudo de outras ciências. Na Geografia, por exemplo, as abordagens vão além do viés tradicional, resgatando o conceito de território imbuído de novos significados que a realidade exige, podendo ser compreendido em sua flexibilidade, expressa na relação que mantêm com as noções de espaço e tempo. Considerando que a organização interna dos territórios é dinâmica e se modifica com o tempo, qualquer alteração corresponde a uma forma de afirmação do poder. Partindo dessas premissas, neste artigo discutimos alguns conceitos fundamentais de políticas públicas relacionados com a questão do território. Trata-se de uma reflexão que busca mostrar as particularidades da situação política e institucional da região Norte de Minas, além destacar as próprias limitações da proposta em questão. O texto está dividido em duas partes. Na primeira apresentamos os principais conceitos da categoria território e seu correlato, o poder. Na segunda parte refletimos sobre o território regional a partir de determinadas políticas públicas implantadas ao longo do século XX, que o modificou em diferentes escalas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Território. Estado. Poder.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS Y EL USO DEL TERRITORIO: REFLEXIONES SOBRE EL NORTE DE MINAS GERAIS/BR**

**Resumen:** Generalmente sólo en el ámbito de la investigación en ciencias políticas, el análisis de las políticas públicas recientemente ha sido objeto de estudio de otras ciencias. En la Geografía, por ejemplo, los enfoques van más allá del sesgo tradicional, rescatando el concepto de territorio es infundida con nuevos significados que la realidad exige, por lo que puede entenderse en su flexibilidad, expresada en relación con las nociones de espacio y tiempo. Mientras que la organización interna de los territorios es dinámica y cambia con el tiempo, cualquier modificación corresponde a una forma de afirmación del poder. Basado en estos supuestos, en este artículo, se discuten algunos de los conceptos básicos de las políticas públicas relativas a la cuestión del territorio. Es una reflexión que pretende demostrar las características de situación política e institucional de la región Norte del estado de Minas Gerais, además de poner de relieve las limitaciones de la propuesta de que se trate. El texto está dividido en dos partes. En primer lugar presentamos los principales conceptos de la clase territorio y su

---

<sup>28</sup> Professora do curso de Geografia e dos programas de Pós-Graduação em História e Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes  
e-mail: [anetemarilia@gmail.com](mailto:anetemarilia@gmail.com)

correlato, el poder. En la segunda parte se explora el territorio regional de determinadas políticas públicas aplicadas en todo el siglo veinte, que cambió a diferentes escalas.

**Palabras clave:** Políticas públicas. Territorio. Estado. Poder

### **Considerações iniciais**

Analisar a aplicação das políticas públicas em uma dada região quase sempre apresenta limitações, notadamente no que diz respeito a seus objetivos, elaboração e relação direta com o território. Partindo desse pressuposto consideramos importante refletir sobre a relação que pode ser estabelecida entre a categoria território e a implantação de políticas públicas na região Norte de Minas. Para tanto, buscamos construir um referencial teórico que possibilitasse acompanhar a evolução dos conceitos de território, atentando para as próprias limitações da proposta em questão. Neste texto trabalhamos com o território tendo em vista os novos significados que a realidade do século XX impõe. Buscamos salientar as particularidades institucionais da região Norte de Minas, associando a ideia do território usado com determinadas políticas públicas implantadas.

### **Políticas públicas: revisitando o conceito**

A preocupação com os estudos relacionados à ciência política<sup>29</sup> não é um fato recente. No que se refere às políticas públicas, verifica-se uma maior ênfase na década de 1950 nos Estados Unidos, enquanto na Europa, a temática ganha força a partir dos anos de 1970, notadamente com a ascensão da social democracia defendendo o planejamento e as políticas setoriais. No caso brasileiro, esses estudos além de mais recentes, são considerados esporádicos enfocando ora as estruturas e instituições, ora determinadas políticas setoriais.

Cabe ressaltar que o instrumental teórico dos estudos acerca das políticas públicas teve origem nos países desenvolvidos, democracias mais consolidadas, fato que dificulta as análises em países como o Brasil, no qual as instituições democráticas ainda são frágeis, com uma cultura política e administrativa permeada paradoxalmente pelo tradicional e pelo moderno.

---

<sup>29</sup> Em se tratando de ciência política, diferenciam-se três dimensões da Política: dimensão institucional - trata das instituições políticas, a ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, ou seja, a estrutura institucional do sistema político-administrativo; dimensão processual - aborda o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição e; a dimensão material - diz respeito à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. Essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente.

---

Outra consideração importante é que muitos estudos abordam campos específicos de políticas públicas de forma setorializada como as políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais, sem a necessária integração. De acordo com Couto (1988, p. 55) o sistema político brasileiro é caracterizado por estruturas institucionais de caráter fluido. Assim, ao propor uma análise de políticas públicas é preciso ter em conta, além da setorialização do processo político, “a interferência de padrões peculiares de comportamento político como o clientelismo, o populismo ou o patrimonialismo que eventualmente exercem uma influência maior na definição das políticas públicas do que as instituições formais”.

Os estudos tradicionais sobre políticas públicas normalmente acabam se limitando a reduzido número de variáveis explicativas. Um melhor detalhamento sobre a gênese e o percurso de certos programas políticos exige a aplicação de uma abordagem mais processual que possibilite uma análise dos arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas. Beyme (1985, p. 23), citado por Frey (2006, p. 246), comenta que

A análise de políticas públicas não dispõe de uma teoria uniforme. No entanto, com a combinação moderna de métodos e um foco novo e peculiar, ela está contribuindo permanentemente para a formação teórica, que também modifica nosso conhecimento sobre a política processual tradicional.

De acordo com Souza (2006) o estudo das políticas públicas nasce como subárea da ciência política nos EUA. Emerge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado (como era a tradição européia), procurando entender como e por que os governos escolhem determinadas estratégias de ações. No plano conceitual, Bucci (2002, p.241) assinala que as políticas públicas são “programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

Na literatura específica há muitas definições de política pública. Autores como Lynn (1980), Peters (1986) e Dye (1984), por exemplo, consideram como políticas públicas um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos na vida das pessoas. Utilizando qualquer definição, mesmo as mais simples, há uma visão holística do assunto, prevalecendo o interesse em explicar as relações entre Estado, política, economia e sociedade. Através de políticas públicas, os governos democráticos definem suas ações que produzirão ou não mudanças em determinados recortes espaciais, sejam eles uma cidade, uma região ou um território.

Nesse artigo há o entendimento de política pública como programa de ação governamental para um setor da sociedade ou um território, buscando a concretização de determinados

objetivos e metas. No foco desse estudo está o território norte-mineiro, onde os embates em torno de interesses historicamente se realizam.

### **O uso do território e as políticas públicas no Norte de Minas**

A palavra território, de acordo com Haesbaert (2006), deriva do latim *territorium* que é derivado de terra e que, posteriormente, apareceu com o significado de pedaço de terra apropriada. O referido autor distingue três vertentes de conceitos para território: a jurídico/política – definido por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter estatal; a cultural – visto como produto da apropriação resultante identidade social e; a econômica – resultante da relação capital-trabalho.

Na análise do território, além das relações com a natureza, com as formas de produção, ou com a identidade dos grupos sociais que o constituem, é importante a compreensão das relações de poder, o entendimento de quem (e como) domina ou influencia esse espaço.

O território é cada vez mais a categoria utilizada para se compreender os processos contraditórios de uso do espaço. O território é uma criação humana, é nele que os homens se apropriam da natureza, que realizam todas as suas ações. Santos (2008 p.247) chama a atenção para o fato de que o importante é o uso que se faz do território, ao dizer que “a categoria de análise é o território utilizado”. Nessa concepção, o território deixa de ser apenas o receptáculo das ações do Estado, é o resultado da ação do homem vivendo em sociedade. Tem um caráter simbólico, identitário, lugar de pertencimento. Ele é histórico, pois nele estão inscritas ações passadas e presentes, uma configuração territorial se sobrepondo a outra, “congeladas em objetos” (Santos, 2006, p. 14). Assim, é a partir do território que se processam os poderes, as fraquezas da sociedade e suas contradições. Segundo Saquet, (2008, p. 77) “O homem vive relações sociais, a construção de um território, interações e relações de poder”.

Haesbaert (2005, p. 6776) acrescenta que “devemos distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem”. Partindo dessa premissa, é necessário definir o conteúdo histórico do território norte-mineiro, que teve um processo de territorialização peculiar.

A formação socioespacial do Norte de Minas foi resultante do desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas e das transformações nas relações sociais nele produzidas. Utilizando esse pressuposto, é relevante entender como esse espaço territorial se organiza no início do século XXI. Para tanto, necessário se faz compreender como ocorreu sua formação histórica e como esse território se tornou foco de políticas públicas específicas.

---

O processo histórico de ocupação do Norte de Minas iniciou-se no século XVII, a partir do movimento de expansão da pecuária, ao longo do São Francisco, sendo que a parte ocidental pertencia a Pernambuco e a parte Oriental, à Bahia. Entre os séculos XVII e XVIII, a região foi sendo ocupada por vaqueiros, originários da Bahia e de Pernambuco, que subiam o São Francisco, e por bandeirantes paulistas. A diversidade de grupos indígenas que aí habitava foi dizimada, restando hoje descendentes dos Xacriabás, no município de Itacarambi.

Para muitos memorialistas e historiadores, o sertão não se prestava ao cultivo da cana e estava distante do litoral, por isso não despertou o interesse da coroa portuguesa. Sua organização socioespacial plasmou-se pelo fornecimento de gado e derivados da pecuária, primeiro para a região canavieira e, depois, para a área da mineração. Gonçalves (2000, p. 22) ressalta que

[...] a região teve que forjar suas próprias condições de autosustentabilidade. E aqui, talvez resida uma das características mais originais dessa região: a de não ter a sua dinâmica diretamente determinada por uma racionalidade econômica mercantil de algum produto em que a metrópole estabelecesse o régio controle direto.

Com a criação extensiva de gado, a região teve um povoamento esparso, surgindo as fazendas e povoados às margens do rio São Francisco que viriam, posteriormente, a transformar-se nas cidades de São Romão, Januária, Itacarambi, Manga e São Francisco. A dinamicidade na navegação e comércio tornou essa área o centro mais importante da região. De acordo com o IBGE (1965, p. 2000),

[...] as fazendas de gado, dado o caráter extremamente extensivo da criação e a não necessidade de um grande número de trabalhadores, originaram um povoamento bastante rarefeito. Era essencialmente rural, tendo sido poucos os núcleos populacionais que se desenvolveram ao longo do São Francisco, pois que as vilas aí surgidas somente foram criadas no século XVIII.

Diante do exposto, é correto considerar que a unidade econômica, matriz da formação do Norte de Minas, é a grande fazenda de criação de gado, mas outras atividades também foram responsáveis pela ocupação do espaço e formação de cidades, a exemplo da mineração em certas localidades, como Grão Mogol, Jequitaiá e Itacambira (COSTA, 1997).

O Norte de Minas, até o final do século XIX, era considerado ainda um território a ser ocupado, explorado, ou mesmo desenvolvido. Esse espaço não despertava o interesse dos governantes,

uma vez que não possuía riquezas minerais e estava distante dos principais núcleos urbanos do país. Um dos principais problemas dessa época e que constava nos discursos da elite política regional era o isolamento, a ausência de eixos de ligação com outras áreas do país<sup>30</sup>. Diante dessa situação, tem início uma das primeiras políticas públicas destinadas à região: a implantação da ferrovia, sob a égide dos eixos de expansão e desenvolvimento. De acordo com Ribeiro (2005, p. 415)

[...] a segunda metade do século XIX e o início do seguinte foram marcados por políticas de apoio à construção de uma rede de transportes, acompanhada pelo incentivo à sua industrialização, atividade que viria se somar à agricultura e à pecuária tradicionais na região.

É, portanto, a chegada da ferrovia que consolida a posição da cidade de Montes Claros como a principal da região e estreita as relações comerciais com Belo Horizonte e Rio de Janeiro, especialmente o comércio de gado. Nessa época, também, o comércio atacadista impulsionou o desenvolvimento da cidade, que passou a centralizar o poder econômico e político. Para Reis (1997, p. 38),

[...] a chegada da ferrovia à Pirapora, em 1918 – cujo progresso previa a sua extensão até Belém -, trouxe um grande impulso para o município, que, progressivamente, se tornou o de maior expressão econômica das margens do São Francisco no Estado. Em 1926 foi a vez de Montes Claros ser beneficiada com a passagem da ferrovia, que ligaria Belo Horizonte a Salvador. Com a instalação das ferrovias, Montes Claros e Pirapora transformaram-se, gradativamente, nos dois municípios mais dinâmicos da região, ocorrendo, ao mesmo tempo, a perda relativa de espaço de municípios como Janaúba. A instalação das ferrovias também contribuiu para fortalecer a importância da pecuária na região, ao facilitar o escoamento da produção, bem como para estimular a ocupação de outras localidades, como Janaúba.

Até os anos de 1950, esse espaço era visto como uma região com problemas sociais e econômicos, mas havia, por outro lado, uma ideologia de ser carregada de potencialidades de desenvolver-se. Após a implantação da ferrovia, na década de 1920, a instalação da energia elétrica, várias escolas, estradas sendo construídas, havia uma “crença” na chegada do “progresso” à região. Nessa época, algumas cidades da região como Montes Claros, Pirapora, Janaúba e Bocaiúva possuíam uma boa infraestrutura urbana no que se refere à prestação de serviços de saúde, educação, bancos e lazer, bem como uma significativa atividade comercial. Evelina Oliveira (2000, p. 55) ao referir-se à cidade de Montes Claros, afirma que

<sup>30</sup> De acordo com Pereira (2006, p. 47) nesse período “a principal reivindicação das elites regionais era a construção da estrada de ferro na região”. O referido autor acrescenta que a resposta da Superintendência da Estrada de Ferro Bahia Minas foi a de que lamentava não poder atender a reivindicação, mas prometia trabalhar para atender ao pedido, para o engrandecimento do Norte de Minas.

---

[...] os traços modernos adquiridos pela cidade, entre 1940 e 1960, dizem respeito ao crescimento dos setores de comércio e serviços indicando a ampliação do espaço urbano e o incremento do aparato institucional. Eles trouxeram rotinas mais aprimoradas ao processo de crescimento das burocracias públicas e privadas.

Nessa época, em sintonia com o ideário desenvolvimentista que tomava conta do país, os grupos dirigentes do Norte de Minas se articularam para atrair à região os recursos estaduais e federais, principalmente para o setor de energia e transportes, bem como a indústria. Essa última, por sua vez, implicaria a “inserção” definitiva da região no tão sonhado desenvolvimento<sup>31</sup>. Para tanto, houve a preocupação em identificar essa área com as imagens de progresso, urbanidade e “civilização”. A cidade de Montes Claros era abordada nos jornais locais como a “Princesa do Norte”, o “Coração robusto do sertão”. Vale destacar que, entre os anos de 1930 e 1959, Montes Claros tornou-se um ponto de passagem de imigrantes nordestinos em direção a São Paulo. Esse fato incomodava as elites regionais que não queriam que a imagem da cidade fosse relacionada com o problema dos retirantes nordestinos, com a pobreza e suas consequências.

A partir da década de 1960, o governo brasileiro colocou em prática um bloco de políticas ou ações generalizadas, através da SUDENE<sup>32</sup> com um sistema de incentivos fiscais, que tiveram importância decisiva na atração de expressivo número de projetos para a região, os quais refletiram na expansão produtiva e na geração de renda e emprego.

Quando Juscelino Kubistcheck determinou a criação da SUDENE, sob a inspiração teórica e a direção administrativa de Celso Furtado o discurso regional mudou. Tornou-se muito conveniente para a região ser identificada com o Nordeste. A partir da década de 1960, a região Norte de Minas Gerais define-se como “região das secas” e do “abandono”, apesar do seu “grande potencial inexplorado”. Segundo Evelina Oliveira (2000, p. 72), as oligarquias locais têm um papel preponderante nesse processo, considerando que “[...] o significado político do novo ordenamento corresponde a um aprofundamento das relações de dependência entre o município e os governos estadual e central, ao mesmo tempo em que são fortalecidas as lideranças locais”. Já Gonçalves (2000, p. 21) considera que

[...] o Norte de Minas foi parte da Capitania da Bahia, pelo que tinha situado a leste do São Francisco, e parte da capitania de Pernambuco, pelo que tinha situado a oeste do *Velho Chico*. Há, portanto, raízes históricas para que o Norte de Minas esteja ligado à SUDENE e não exclusivamente por causa da semi-aridez.

---

<sup>31</sup> Entre as teorias de desenvolvimento mais conhecidas estão: Teorias da Localização (Weber), Teoria da Concentração Industrial (Isard), Teoria das Regiões Econômicas (Lösch), Teoria do Lugar Central (Christaller), Pólos de Crescimento (Perroux), Aglomerações industriais (Hirschmann), Desenvolvimento Regional em Países Desenvolvidos e Subdesenvolvidos (Myrdal), entre outras.

<sup>32</sup> A SUDENE foi criada pela Lei n. 3692 de 15/12/1959.

É importante ressaltar que antes da criação da SUDENE, o Norte de Minas já recebia atenção especial do governo federal por causa das secas. As políticas públicas implantadas tinham na criação de órgãos de combate à seca a sua principal estratégia de ação. Em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1911, transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945. Também a criação, em 1940, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952 se inserem nesse contexto de buscar soluções para os problemas da região.

Entretanto, a mais expressiva política pública para a região talvez tenha ocorrido mesmo através da ação da SUDENE. No Brasil, existe uma vasta produção bibliográfica sobre a SUDENE<sup>33</sup>, cuja implantação estava calcada nos princípios da visão desenvolvimentista da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

O Norte de Minas só recebeu efetivamente os recursos da Superintendência a partir de 1965. Os incentivos do Poder Público, estadual e federal, foram destinados à modernização do campo e à industrialização. No campo, os investimentos concentraram-se nas fazendas de criação de gado, nos grandes projetos de irrigação e nas atividades de reflorestamento. De acordo com Marcos F.M. de Oliveira (2000), a industrialização ficou concentrada, basicamente, em Montes Claros que, até 1979, havia recebido 54,8% do número de projetos incentivados. Os demais foram implantados em Pirapora, 25,8%; Várzea da Palma, 13%; Bocaiúva, 3,2%; e os restantes 3,2%, em outros municípios da região. A década de 1970 pode ser considerada como a fase de maior crescimento da indústria em Montes Claros, quando a cidade já dispunha de uma infraestrutura mais adequada, com a energia de Três Marias, com a pavimentação asfáltica entre Montes Claros e Belo Horizonte e com a implantação do Distrito Industrial. Mas não resta dúvida de que o principal fator atrativo para a industrialização foram os incentivos fiscais.

Não podemos esquecer que a base econômica dessa região sempre esteve calcada nas atividades primárias. O estudo do IPEA (2001, p. 59) constatou que

[...] a economia do norte de Minas é tradicionalmente marcada pela

<sup>33</sup> SUDENE. Brasil Nordeste: 10 anos com a SUDENE. São Paulo: Telepress, 1969.

SUDENE. Modernização regional em curso: 30 anos de SUDENE. Recife: SUDENE, 1990.

SUDENE. Nordeste, cidadania e desenvolvimento: esboço de uma política regional. SUDENE 35 anos. Recife: SUDENE, 1994.

SUDENE. *SUDENE vinte anos*. 1959-79. Recife: SUDENE, 1979.

SUDENE. Uma Política de desenvolvimento para o Nordeste. Recife: SUDENE, 1985.

---

pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência. Nos últimos anos, em virtude de sua inserção na área da SUDENE, a economia regional vem reestruturando-se rumo à industrialização, graças aos incentivos fiscais, muito embora sem grande dinamismo.

Podemos afirmar que a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da SUDENE contribuiu para alterar a espacialidade regional. Cardoso (1996, p. 238-239) resume as inovações em sete pontos importantes: a implantação de diversos empreendimentos em vários setores produtivos regionais; a intensificação do processo de expropriação ou expulsão do homem do campo; a intensificação das atividades de reflorestamento e carvoejamento; a emergência de projetos agroindustriais e de fruticultura; a expansão das atividades de transformação, com o conseqüente aumento da representatividade econômica das áreas mais industrializadas; a relativa desconcentração das atividades terciárias; e o aumento do grau de urbanização das localidades consideradas pólos ou micro-pólos regionais. Em trabalho sobre essa temática, PEREIRA e SOARES (2005, p. 11.617) afirmam que

[...] com essa política a região passou a apresentar uma economia mais heterogênea em suas estruturas produtivas. Houve mudanças positivas com a implantação de indústrias atraídas pelas facilidades creditícias e fiscais possibilitadas pela SUDENE, o desenvolvimento da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, a modernização da pecuária e o desenvolvimento de serviços modernos.

Entretanto, o problema das disparidades regionais não foi resolvido. A condição inferior do Norte de Minas, nos padrões de desenvolvimento, tornou-se cada vez mais evidente e o grau de concentração de renda permaneceu alto. A crise da década de 1980, que se estendeu pelos anos de 1990, a opção pelo projeto liberal e a conseqüente desestruturação do Estado, em termos de política regional, afetaram a dinâmica de desenvolvimento do Norte de Minas, altamente dependente dos incentivos fiscais.

Diante do exposto até aqui, as políticas públicas de âmbito regional acentuaram as desigualdades intra-regionais e não resolveram os problemas, apesar de produzirem uma nova lógica territorial que tem na cidade de Montes Claros o pólo regional. Na atualidade, as políticas adotadas têm sido restritas a pontos dentro da região, assunto que exigiria outra análise.

### **Considerações finais**

A experiência das aplicações de algumas políticas públicas no Norte de Minas, aqui brevemente descritas, deixa evidente que as ações do Estado foram efetivadas com investimentos em infraestrutura, modernização de processos produtivos, sobretudo para possibilitar a mobilidade do capital sobre o território. Dentro da lógica capitalista, a elite regional ainda mantém o seu discurso de abandono, de descaso do poder central, da ausência de políticas desenvolvimentistas para o Norte de Minas.

Talvez seja o momento de se repensar a implantação de ações tão amplas, uma vez que as estratégias de implementação das políticas públicas têm que levar em conta os territórios concretos, onde residem as populações às quais estas políticas se destinam. As escolhas da população deverão fundamentar as ações e os programas governamentais, ou seja, as políticas públicas na região em questão.

### **Referências**

- BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CARDOSO, J. M. A. *A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) - PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.
- COSTA, J. B. de A. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (Org.). *Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas – considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicações e Marketing, 1997. p. 37-76.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. A Longa Constituinte: reforma do Estado e fluidez institucional no Brasil. In: *DADOS*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.41, n.1, p.51-86.1998.
- DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*. n. 21 - jun de 2000.
- GONÇALVES, C. W. P. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). *Cerrado e Desenvolvimento: tradição e Atualidade*. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa REDE CERRADO, 2000. p.19-45.
- IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, 1956. 1 CD-ROM.
- IPEA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste*. Brasília: IPEA/IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, SEADE, v. 5, 2001, 186 p.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. RJ: EDUFF, 1997.

---

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontros de Geógrafos da América Latina. 2005. *Anais...* São Paulo (SP): USP, 20 a 26 de março, 2005. P.6774-6792.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K... [et. all] (Org.). *Territórios, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. 2 ed. RJ: DP&A, 2006. P.43-71.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade; Sérgio Martins. BH: UFMG, 2008.

LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. SP: Ática, 1993.

OLIVEIRA, E. A. F de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento na área mineira do Nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2000.

OLIVEIRA, M. F. M. de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio M. de; RODRIGUES, Luciene (Org.). *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000. p. 13-103.

PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R. Montes Claros e sua região: Novas espacialidades, velhos problemas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005a. 1 CD-ROM.

PEREIRA, L. M. Emergência e desenvolvimento do regionalismo norte-mineiro: um enfoque histórico. *Revista Cerrados*, v.1, n.1. Montes Claros: Editora Unimontes, 2006, p. 43-50.

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

REIS, G. A. dos. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da região mineira do Nordeste. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos (Org.). *Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas* – considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicações e Marketing, 1997. p. 37-76.

RIBEIRO, R. F. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. SP: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K... [et. all] (Org.). *Territórios, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial*. 2 ed. RJ: DP&A, 2006.

p.13-22.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura SANTOS. *O Brasil: território e sociedade no século XXI*. 11 ed. RJ: Record, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. SP: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

**Recebido para publicação em dezembro de 2012**  
**Aceito para publicação em fevereiro de 2012**